

<b>Título:</b>	<b>PROJETO ESCOLA INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE MEDICALIZAÇÃO, SABERES E AUTONOMIA</b>		
<b>Autores:</b>	Daniela Ribeiro Koehler Géssica dos Santos Vianna Carla Lavínia Pacheco da Rosa Cledi Lovatto Pires		
<b>Área</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Humanas <input type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	<b>Dimensão:</b>	<input type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
<p>O texto Conhecimento Científico, Medicalização e os Saberes Escolares em Saúde, de Spazziani e Collares, critica o discurso medicalizante e defende uma educação em saúde que articule os saberes científicos aos cotidianos e culturais das crianças. Nessa mesma direção, o Projeto de Extensão Escola Inclusiva (PEI), desenvolvido em parceria entre a Prefeitura de Santa Cruz do Sul e a Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul, busca valorizar a singularidade dos estudantes com deficiências e transtornos do espectro autista, promovendo práticas mais inclusivas em 15 escolas municipais. O que evidencia a necessidade de uma educação que supere modelos normativos e reconheça a diferença como princípio formativo. Nessa direção, experiência construída a partir das atividades realizadas como estagiárias no PEI, envolvendo pesquisas bibliográficas, observações, registro em diários de campo e discussões coletivas, possibilitou analisar de forma prática os processos de autonomia e os efeitos da medicalização de crianças e adolescentes nas escolas envolvidas, permitindo refletir sobre os limites e as possibilidades da inclusão no cotidiano escolar. Buscamos, assim, compreender e descrever o papel da medicalização de crianças e adolescentes na escola e o desenvolvimento da autonomia de pessoas com deficiência a partir das atividades realizadas no projeto. Os resultados do debate sobre a medicalização da educação têm ganhado relevância ao problematizar a patologização da aprendizagem por meio de diagnósticos frequentemente atribuídos de forma unilateral. Nesse cenário, o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, como medicina, fonoaudiologia e psicologia, favorece uma reflexão crítica que transcende o espaço escolar, alcançando também as famílias e os próprios estudantes. Evidencia-se a importância de que todos os envolvidos compreendam, de maneira fundamentada, a necessidade ou não do uso de determinada medicação no processo de aprendizagem. A participação no PEI oportunizou uma aproximação direta com a realidade escolar, desvelando os desafios e os avanços das práticas inclusivas. O contato com professores, gestores, famílias e estudantes nos possibilitou compreender de que forma a medicalização atravessa o cotidiano escolar, influenciando decisões pedagógicas e relações sociais. Ao mesmo tempo, as experiências de acompanhamento e apoio aos estudantes demonstraram o potencial do projeto em fortalecer vínculos, promover a autonomia e favorecer um olhar mais humanizado sobre a aprendizagem e a diferença. Conclui-se que a medicalização exerce um papel fundamental na articulação entre os saberes cotidianos e os saberes científicos por uma melhor educação em saúde. Ao mesmo tempo em que se critica a medicalização excessiva, busca-se saber mais sobre a necessidade e os resultados benéficos</p>			



da medicalização de crianças e adolescentes incluídas nas redes de saúde e educação. Ações efetivas e regulares como o PEI ampliam práticas inclusivas, com a presença de estagiários, o que favorece a inclusão social e a autonomia de pessoas com deficiência e transtorno do espectro autista.

TAVERNA, C. S. R. (2011). DOI:10.1590/S1413-85572011000100018

 **Vídeo mostra UNISC**